

ESTUDO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO DE PERNAMBUCO

Viviane Rauane Bezerra Silva
Universidade Federal de Pernambuco
viviane.rauane@ufpe.br

Noélia Carolina Silva de Melo
Universidade Federal de Pernambuco
noelia.carolina@ufpe.br

INTRODUÇÃO

O estudo objetiva analisar as produções acadêmicas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) do estado de Pernambuco. Diante da implantação pela gestão do estado de políticas públicas voltadas para a qualidade na educação, baseadas em índices sintéticos e avaliações em larga escala, juntamente com a prática de bonificação, surge o interesse em estudá-las para compreender suas nuances e desdobramentos na educação pública estadual. A influência dessa política estadual dentro da escola se apresenta de formas diversas, como, recomendações para a gestão e para os professores em sala de aula, visando melhorar os índices avaliativos.

Em 2008, foi implantado no estado de Pernambuco o Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação. Objetivamos, portanto, compreender como as pesquisas sobre a política de bonificação têm se desenvolvido, atreladas aos resultados das avaliações externas nos PPGEs da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), *campi* Recife e Caruaru, e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Realizamos uma pesquisa exploratória a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2016), mais especificamente, nas dissertações e teses disponíveis no Repositório Digital da UFPE, nos seus dois PPGEs, e no Repositório Institucional da UFRPE. Com um recorte temporal de 10 anos (2009-2019), por considerar que as produções do ano de 2020 foram afetadas pela pandemia de Covid-19. Foram encontrados 9 trabalhos, a partir dos descritores: avaliação educacional e bônus/bonificação.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA (PMGP-ME) EM PERNAMBUCO

Souza (2007) levanta questões que podem nortear a análise da ação do Estado através da política. De acordo com a autora, devemos buscar “responder [...] quem ganha o quê, por que e que diferença faz.” (p. 68). Por outro lado, nas últimas décadas a política educacional vem assumindo novas formas de regulação social, que já são adotadas em um nível global. Segundo Azevedo e Gomes (2009, p. 96), a regulação estatal tem “estreita articulação com as novas configurações assumidas pelo Estado no controle da vida social e econômica materializado pelas políticas públicas.” A política apresentada aqui se baseia em avaliações externas em larga escala na educação, com a divulgação de seus resultados através de ranqueamento das escolas. Tais testes avaliam apenas os conhecimentos em Português e Matemática, entre escolas em diferentes condições.

Bonamino e Sousa (2012) apontam que esse processo de ranqueamento das escolas se caracteriza como uma estratégia de responsabilização, alicerçada na virada do século, nas políticas educacionais, mostrando a sociedade o seu compromisso com o bom desempenho, na promoção da transparência e da responsabilização através dos resultados. Santos, Andrade e Marques (2019, p. 14) percebem “o recrudescimento da responsabilização e regulação do trabalho escolar e do trabalho docente como marca que se evidencia na política educacional em Pernambuco.”

Quando analisamos o PMGP-ME à luz dos autores supracitados, percebemos que os estudantes são submetidos às provas do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), depois são divulgados os resultados através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE) e, por fim, é realizada a recompensa, através do Bônus de Desempenho Educacional (BDE), para as escolas que atingiram suas respectivas metas, e as exigências para as que não atingiram.

O programa é direcionado às escolas da rede estadual de ensino (níveis fundamental e médio) e, a partir da assinatura do termo de compromisso, a gestão da escola se compromete a buscar estratégias para alcançar as metas estabelecidas e alimentar o sistema de informações da Secretaria do Estado para compor os dados do Censo Escolar. Depois, os alunos da escola são avaliados

anualmente nas séries finais de cada ciclo – 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) através da prova do SAEPE (PERNAMBUCO, 2008).

O resultado da avaliação juntamente com os dados do Censo Escolar compõe o IDEPE e as escolas que atingem de 50% a 100% da meta receberão sua premiação: o BDE (PERNAMBUCO, 2008). Em 2020, houve uma mudança na lei do bônus, incluindo não apenas a nota da avaliação do SAEPE, mas também, nos anos que for aplicada, a nota do SAEB contou para compor o *ranking* final das escolas e, com isso, o ganho ou não da bonificação.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

A partir do descritor “avaliação” encontramos 4 trabalhos no PPGEdu/UFPE, sendo 3 dissertações e 1 tese; no PPGEduc/UFPE/CAA, achamos 2 dissertações. Já no PPGECI/UFRPE não encontramos nenhum trabalho. A partir do descritor “bônus/bonificação” foram detectados 3 trabalhos no PPGEdu/UFPE, sendo 2 dissertações e 1 tese; e nenhum trabalho no PPGECI/UFRPE e no PPGEduc/UFPE/CAA. Realizamos a análise dos resumos e considerações finais, buscando observar as temáticas, perspectivas teórico-metodológicas utilizadas, instrumentos e os principais resultados.

Ao analisarmos os trabalhos, suas temáticas estão, na maioria, voltadas para a percepção da comunidade escolar (gestores e professores) sobre a política de avaliação e bonificação, um total de 7 pesquisas; outras 2 tiveram outros focos, como a produção do conhecimento sobre avaliação e responsabilização e uma investigação sobre os mecanismos que pressionam a construção de políticas públicas de avaliação. Percebemos, também, um aumento considerável de produções ao longo dos anos, uma vez que entre 2009 e 2014 foram encontrados 2 trabalhos, e entre 2015 e 2019 encontramos 7.

As opções teórico-metodológicas variam, mas todas as pesquisas afirmam serem de caráter qualitativo. No que se refere à análise dos dados, 4 delas utilizaram da análise do discurso de Norman Fairclough; 3 se pautaram na abordagem da análise de conteúdo de Bardin; e 2 no materialismo histórico-dialético. Já quando olhamos para os instrumentos utilizados, fica visível a opção por múltiplas técnicas (entrevista, observação e análise documental), representada por um total de 4 trabalhos; 2 utilizam análise documental e entrevistas; os demais

trabalhos escolheram apenas um instrumento (entrevista: 2) e (análise documental: 1).

Analisando as considerações finais, inferimos que a política estadual de avaliação está intrinsecamente ligada às estratégias de modernização da gestão que busca alcançar a regulação desejada através das metas estabelecidas e da política de incentivo com o pagamento do bônus aos profissionais da educação. As pesquisas mostram, ainda, que essa política é apenas um incentivo e não uma valorização real dos professores ou da gestão, pois tal bonificação não é incorporada aos salários desses profissionais. Identificamos que ao passo que essa política é implementada nas escolas, todos tentam se adequar, de diferentes maneiras, para dar conta e alcançar suas metas, deixando evidente as interferências que tal política causa no cotidiano escolar entre gestores e docentes e na relação destes com os seus alunos, tornando-se uma pirâmide de cobranças e pressões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos trabalhos, destacamos duas questões principais. A primeira diz respeito ao crescente interesse em pesquisar sobre as políticas de avaliação externa e suas implicações na sala de aula, principalmente a partir do surgimento do PMGP-ME. A segunda questão ressalta, ainda, uma singela produção que se debruça sobre as políticas de bonificação e suas inferências para a educação pública no estado. Acreditamos serem necessárias mais produções sobre tal política para compreendermos mais seus impactos efetivos para a qualidade da educação que almejamos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. de; GOMES, A. M. Intervenção e regulação: contribuição ao debate no campo da educação. **Linhas Críticas**, v. 15, n. 28, p. 95-107, jan./jun. 2009.

BONAMINO, A.; SOUSA, Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2016.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação (SEDUC). **Programa de Modernização de Gestão Pública**: Metas para Educação. Recife, 2008.

SANTOS, A. L. F. dos; ANDRADE, E. F. de; e MARQUES, L. R. (org.). **Políticas educacionais no estado de Pernambuco**: discursos, tensões e contradições. Recife: Ed. UFPE, 2019.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, G. (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.